

Despacho:

Aprovado

Roberto 138

Rev. Roberto Brasileiro
Presidente

SP. 19/03/04

RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO DE FINA

Quanto ao **doc. 211**, oriundo da Junta Patrimonial Econômica e Financeira - JPEF, referente ao relatório de Exame das Contas da Tesouraria.

Considerando o parecer favorável da JPEF.


A CE-SC resolve:

- 1) Tomar conhecimento;
- 2) Aprovar as contas da Tesouraria – ano 2003.

Sala das Sessões, São Paulo, 16 de março de 2004.


- Presb. Airton Costa de Sousa


- Rev. Alcyon Vicente Pinto da Costa Jr.


- Rev. Mauricio Ferreira do Nascimento


- Rev. Julio Maria Caldeira Sellos

Despacho:



Rev. Ludgero Bonilha Moraes

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2004.

À Comissão Executiva / Supremo Concílio
Igreja Presbiteriana do Brasil

De acordo com a tramitação devida, encaminhamos em anexo a correspondência recebida da JPEF, referente ao relatório de exame das contas da Tesouraria.

Fraternalmente em Cristo,

Rev. Ludgero Bonilha Morais

Secretário Executivo do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil
Curador do Arquivo Histórico e museus da IPB

A
COMISSÃO EXECUTIVA DO SUPREMO CONCÍLIO
Reunião Ordinária de 15 a 19 de Março de 2004


A Junta Patrimonial Econômica e Financeira, reunida em Cachoeiro do Itapemirim - ES, em 04 a 07 de março de 2004, quanto ao documento encaminhado a ela: **Relatório Exame das Contas da Tesouraria 2003**, tomou a seguinte resolução:

DOC. 24 – Relatório Exame das Contas da Tesouraria 2003 – Toma-se conhecimento do parecer favorável e resolve-se encaminhar à CE-IPB para a aprovação das contas.

Sendo o que temos a informar, subscrevemos a presente.

Fraternalmente,

Cachoeiro do Itapemirim, 05 de março de 2004.


Rev. Geraldo Silveira Filho
Secretário da JPEF/IPB

Rev. SC/2004
15 MAR 11 15 25 000211
PROTÓCOLO
DESTINO: Sub-Comissão
IPB - JUNTA PATRIMONIAL ECONÔMICA E FINANCEIRA

IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL
Junta Patrimonial Econômica e Financeira

EXAME DAS CONTAS DA TESOOURARIA
E REGISTROS CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2003

Foram examinados por amostragem os documentos, demonstrativos, balancetes e balanço do ano de 2003, tendo sido achados em ordem e de acordo com as normas de contabilidade geralmente aceitas.

Do referido exame temos a relatar o que segue:

1. CAIXA – constatamos a reincidência da manutenção indevida de saldos de caixa nos balancetes e balanço, (Art.10 § 3º do Regimento Interno da Tesouraria), no total de R\$ 9.043.92. em nome de JMN, SBH, SPBC, STNe e SPBC-Rondonia .

2. BANCOS C/MOVIMENTO – R\$ 511.552,28

Valor abrange várias contas em nome de diversos órgãos e entidades da IPB, cujos saldos estão devidamente conciliados.

Aconselhável se faz sejam os saldos de contas inativas transferidos para outras com movimentação regular, eliminando despesas de manutenção e registros desnecessários. Exemplos: Banestes- Cachoeiro; Bradesco-RPC e Itaú SRJ, sugestão já apresentada no relatório de 2002.

3. BANCOS C/POUPANÇA – R\$ 137.462,20, distribuídos entre 5 bancos, sem anormalidades, sendo que o Seminário do Sul tem aplicados R\$ 121.792,00.

4. FUNDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA- R\$ 339.550,79

Trata-se da aplicação de recursos disponíveis de diversos órgãos, dos quais o SPS participa com cerca de 244.644,00.

5. VALORES A RECEBER CURTO PRAZO – R\$ 21.874.24. referentes a adiantamentos de salários a empregados.

6. ADIANTAMENTOS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO

6.1- Junta de Missões Nacionais

Observamos que uma grande quantidade de adiantamentos que se encontravam pendentes, apontados em diversos relatórios desta Junta foi finalmente acertada. Ainda permanecem alguns pequenos valores e outros com saldo negativo na rubrica que precisam ser examinados para regularização. a saber:

Missionários	R\$
João A. Pereira	650.00
Luciano Breder A. Neto	446.81
Lucizete Gouveia de Freitas	500.00
Carlos Maria Barreto	(0.20)
Eliseu Mariano de Moraes	(7.18)
Hideraldo Cordeiro de Mello	300.00
Jean Carlos de Almeida	241.09
Salustiano Aranha Neto	(100.00)
Daniel Batista Moreira	(300.00)

6.2 - Confederação Nacional das SAFs – R\$ 11.800.00

Adiantamento efetuado em junho de 2003.no valor de R\$ 13.000.00. Não regularizado no exercício de 2003. A partir de dez/2003 a Tesouraria passou a deduzir duodécimos mensais do saldo devedor.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS R\$ 1.184.000.00

Banco do Brasil (RDB)	R\$ 920.000.00
Caixa Econômica Federal CDB	R\$ 250.000.00
Banco do Brasil (CDB) CNE	R\$ 14.000.00



8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

8.1 - I. P. de Maricá(RJ) - R\$ 6.482.51 - Trata-se de valor adiantado para regularização de débitos para com o INSS, sem reembolso até o momento. Examinado o processo não vislumbramos condições de recebimento, razão por que mais esta vez sugerimos baixa nos registros.

7.2 - I.P.Jardim Camburi (ES) - R\$ 15.800.00 - Não temos condições de receber esse valor, considerando resultar de compromisso não honrado até o momento. A Igreja prometera pagar o débito tão logo se organizasse. Hoje já está estruturada com condições de honrar o débito mas não se organiza. Aguardamos instruções.

9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES -Refere-se ao acumulado de parcelas pagas pelo Seminário do Rio de Janeiro, para aquisição de veículo.

O assunto está sub-judice, vez que o Consórcio está em Liquidação Extra-judicial. Sugerimos que o valor seja transferido para a rubrica "Outras Contas a Receber - Consórcio SRJ".

10. FUNDO DE EMPRESTIMOS P/ REFORMA E CONSTRUÇÃO-

Saldo de balanço R\$ 2.020.980.93.

Foram emprestados às Igrejas em 2003 o montante de R\$ 1.006.670.00 com recursos oriundos dos 5% sobre os dízimos recebidos acrescidos dos valores das prestações dos empréstimos concedidos.

Destaque-se ainda que do Fundo foram repassados à RPC - Rede Presbiteriana de Comunicação - R\$ 67.724.94 conforme resolução CE/SC-2003-195 Doc CXCIV, item 12.

10.1. Escola Presbiteriana de Juína - R\$ 25.000.00 -A instituição não reconhece a dívida e alega que o valor foi aplicado com finalidade alheia à da Escola. Esse assunto tem sido objeto de nossas recomendações no sentido de que seja baixado por total impossibilidade de recuperação do crédito.

10.2 Escola Presbiteriana de Matupá - R\$ 356.87 - Contrato em vias de ser baixado por quitação através do recebimento de aluguéis do prédio da antiga Escola.

Um relatório específico sobre o Fundo foi elaborado pelo Administrador de Patrimônio Presb. Ruy Griffó, razão porque, deixamos de relatar a respeito. Cabe, entretanto um alerta para os casos de inadimplemento existentes, principalmente ao referente à Escola de Alta Floresta, devidamente informado no relatório da Junta Patrimonial.

11. CREDORES DIVERSOS

11.1 – Helton Hélio F da Cunha – R\$ 68.308,74 - Dívida contraída pelo Seminário de Belo Horizonte para a construção. Esse assunto já foi objeto de relatórios anteriores desta Junta. Tal compromisso está sendo acrescido mensalmente dos juros pactuados. Os juros acumulados no ano atingiram R\$ 17.029,64.

11.2 - FENEP – saldo existente desde dez/2002, sem regularização. Trata-se de superávit ocorrido no Congresso de 2001. Assunto já relatado por esta Junta.

12. ENCARGOS SOCIAIS e TRIBUTOS DIVERSOS – A decisão de centralizar na Tesouraria da IPB toda a responsabilidade pelo controle e recolhimento desses valores vinculados aos Seminários, reduziu consideravelmente o risco de a IPB vir a ser inscrita no SERASA e em outros cadastros de inadimplentes, pelo não pagamento dos impostos devidos.

Dos saldos existentes no balanço de dezembro/03 no valor de R\$ 43.640,30 e 19.310,16, respectivamente, ainda constam pequenos valores relativos a dívidas antigas, que estão sendo liquidadas. Ressalte-se excelente trabalho da Tesouraria/Contabilidade, nesse particular.

Sempre há a possibilidade de ocorrerem desencontros na comunicação Seminários/Contabilidade que venham a onerar a IPB com multas e encargos por atraso no pagamento, isto porque, a documentação pertinente às vezes chega à Contabilidade após a data prevista para o pagamento.

Ainda sobre a matéria, convém comunicar aos Seminários que, durante as férias coletivas dos meses de dezembro e janeiro, os trabalhos de fechamento de suas contas **não devem sofrer solução de continuidade**, isto é, sejam efetuados na mesma forma e prazos como nos demais meses do ano. Este fato vem gerando uma série de problemas para a Tesouraria e Contabilidade que por óbvio cremos não precisamos explicar.

13- ATIVO PERMANENTE – A variação no exercício alcançou a cifra de R\$ 667.732.72 e se referem às aquisições de máquinas, equipamentos, instalações e imobilizações, com destaque para os investimentos com as obras de construção no Seminário de Belo Horizonte com R\$ 509.790.13 daquele total.

14. RECEITAS – A Igreja arrecadou R\$ 7.084.281.61 em Dízimos, com uma variação positiva de 0.62% em relação ao ano anterior. A receita de Aluguéis e multas contratuais atingiu a cifra de R\$ 429.889.68, dos quais R\$ 170.502.97 foram repassados ao Seminário de Brasília e R\$ 13.000.00 para o Seminário do Sul.

Destacamos o volume significativo de R\$ 557.784.91 das receitas financeiras, com R\$ 153.931.76 oriundos dos empréstimos concedidos pelo Fundo de Construção e R\$ 402.991.23 vindos das aplicações financeiras. A propósito convém esclarecer que estas últimas não vinham sendo apropriadas mensalmente, tendo sido contabilizadas somente por ocasião do vencimento dos títulos(CDB e RDB).Sugerimos, para uma melhor visualização no fluxo financeiro que a Contabilidade passe a apropriá-las daquele forma.

15. OUTROS COMENTÁRIOS:

15.1 - Seminários

Vimos observando que os Seminários ainda estão demorando em remeter sua documentação à Contabilidade. Essa anormalidade dificulta sobremaneira, também o exame dos documentos por parte desta Junta. Considerando o exposto, sugerimos mais uma vez que a Tesouraria não deixe de se utilizar da prerrogativa de sustar o envio das verbas mensais dotadas para aqueles Seminários **até a remessa efetiva** da documentação exigida. Esta medida tem caráter educativo e deve se estender a qualquer órgão ou entidade da IPB que se enquadre nesse particular.

O prazo adequado para envio da documentação é de até o dia 10 do mês seguinte.

15.2 -AGÊNCIA PRESBITERIANA DE MISSÕES TRANSCULTURAIS APMT

Foi efetuada auditoria naquela agência pelo membro desta Junta Rev. Marcio Tadeu De Marchi cujo relatório foi entregue à Junta, razão porque deixamos de tratar dessa matéria.

15.2 -ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Apenas poucos setores tiveram seus orçamentos ultrapassados a saber:
Administração – R\$ 60.310,00 (Tesouraria e Reuniões Com Executiva)
Forças de integração apenas a Confederação das SAFs em 11.800,00 já relatado.

CONCLUSÃO:

Do exame realizado, excetuando-se as obrigações sociais e fiscais ainda pendentes de pagamento, não observamos, com base na documentação que nos foi apresentada, algum fato que viesse a afetar a situação econômico-financeira de nossa Igreja.

Considerando, entretanto a existência de diversas ações judiciais impetradas contra a IPB, conveniente seria pudesse ser constituída provisão para atender ao pagamento no caso de virem a ser julgadas procedentes.

Desta forma somos de opinião que as contas da Tesouraria da Igreja referentes ao ano de 2003 devem ser aprovadas, por estarem de acordo com as normas de contabilidade geralmente aceitas e expressarem com fidelidade a situação financeira da Igreja, conforme Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras em anexo..

Destacamos e agradecemos o empenho da Tesouraria e da Contabilidade na condução dos trabalhos e na presteza nas informações à JPEF.

Cachoeiro do Itapemirim, ES . 6 de março de 2004


Pb. Célio de Sena Torres